

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

**O IMPACTO DAS AGENDAS DE EFICÁCIA DA AJUDA NO
DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE (2011-2023)**

RAQUEL RODRIGUES CARVALHO

OUTUBRO - 2023

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O IMPACTO DAS AGENDAS DE EFICÁCIA DA AJUDA NO
DESENVOLVIMENTO DE TIMOR-LESTE (2011-2023)**

RAQUEL RODRIGUES CARVALHO

ORIENTAÇÃO:
ALEXANDRE ABREU

OUTUBRO - 2023

Índice

Índice de figuras	2
Índice de gráficos.....	2
Agradecimentos	2
Resumo	2
Abstract.....	3
1. Introdução.....	3
1.1. Identificação do problema de investigação	4
1.2. Questões centrais de investigação	4
1.3. Estrutura da dissertação	4
2. Revisão da literatura	5
2.1. A evolução do conceito de desenvolvimento	5
2.2. Eficácia da ajuda.....	6
2.3. As agendas da eficácia da ajuda	6
2.3.1. Consenso de Monterrey (2002)	6
2.3.2. Declaração de Roma em Harmonização (2003).....	7
2.3.3. Declaração de Paris (2005).....	7
2.3.4. Agenda de Ação de Acra (2008)	8
2.3.5. Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (2011) e a Parceria Global (2012-2022)	8
2.3.6. Agenda de Ação de Adis Abeba (2015)	9
2.3.7. Correntes de pensamento e posicionamentos	9
3. Estudo de caso: Timor-Leste	10
3.1 Enquadramento de Timor-Leste	10
3.2. Estratégia de Desenvolvimento de Timor-Leste (2002-2030)	11
3.3. Caracterização da ajuda em Timor-Leste (2011-2023).....	12
3.3.1. Setor da ajuda	12
3.3.2. Tipo da ajuda	13
3.3.3 Evolução da ajuda.....	13
3.3.4. Caracterização dos doadores	14
3.3.5. Ajuda Bilateral.....	16
3.3.6. Ajuda Multilateral	16
4. Perceção dos doadores e do recetor	17
4.1. Metodologia das entrevistas	17
4.2. Resultados das entrevistas	19
5. Conclusão	27
Bibliografia.....	28
Anexo I - Entrevista sobre a Influência do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011- 2030 na alocação da Ajuda Internacional a Timor-Leste	31

Anexo II - Lista de entrevistas realizadas.....	33
---	----

Índice de figuras

Figura 1 - Etapas do Plano Estratégico de Desenvolvimento.....	11
--	----

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Principais setores da ajuda em Timor-Leste, 2011-2023	13
Gráfico 2 - Tipo da ajuda em Timor-Leste, 2011-2023	13
Gráfico 3 - Previsibilidade da ajuda em Timor-Leste, 2011-2023	14
Gráfico 4 - Principais agências doadoras, 2011-2023	15
Gráfico 5 - Principais agências executoras da ajuda, 2011-2023	15
Gráfico 6 - Principais agências implementadoras da ajuda, 2011-2023.....	16
Gráfico 7 - Principais doadores de ajuda bilateral a Timor-Leste, 2011-2023	16
Gráfico 8 - Principais agências doadoras de ajuda a Timor-Leste, 2011-2023	17
Gráfico 9 - Principais grupos doadores de ajuda a Timor-Leste, 2011-2023.....	17
Gráfico 10 - Alocação por programas do Orçamento de Estado de 2023	24

Agradecimentos

Muito obrigada, mãe, Luzia da Conceição Escórcio Rodrigues, sem a qual não seria o que sou hoje e, nesta única pessoa, permito-me agradecer a todos aqueles a que, a educação que ela me deu, me proporcionou conhecer que com - diretamente ou indiretamente - me apoiaram a alcançar esta meta seja a nível pessoal, afetivo, académico e profissionalmente, em Lisboa (Portugal) e Díli (Timor-Leste).

Resumo

A evolução do conceito de desenvolvimento tem sido debatida amplamente ao longo de décadas, sendo fulcral refletir sobre a eficácia da ajuda, quando o fim último é o desenvolvimento sustentável dos Estados. Esta dissertação aborda a eficácia da ajuda internacional, usando Timor-Leste como estudo de caso. Timor-Leste, um dos mais recentes países a conquistar a independência, enfrenta inúmeros desafios de reconstrução e afirmação nacional e a, a nível económico, uma elevada dependência do Fundo de Petróleo. Apesar da significativa ajuda internacional, persistem diversos obstáculos nacionais de carácter prático ao nível da capacitação, política e burocracias administrativas. Mas também do lado dos doadores e agências internacionais há ainda esforços por desenvolver, nomeadamente no que diz respeito à promoção do alinhamento, apropriação e harmonização da ajuda, passando do teórico para a prática. Em última instância a mudança deverá partir do Estado timorense, mas os atores da ajuda internacional devem-se preparar para estar à altura do desafio, garantindo que as futuras intervenções correspondam verdadeiramente às reais necessidades de Timor-Leste.

Palavras-chave: desenvolvimento, ajuda internacional, Timor-Leste, eficácia da ajuda.

Abstract

The evolution of the concept of development has been widely debated over the decades, being crucial to reflect on the effectiveness of aid when the ultimate goal is the states sustainable development. This dissertation analyses the effectiveness of international aid, using East Timor as a case study. East Timor, one of the most recent countries to be independent, faces many challenges of reconstruction and national affirmation and in economic terms, a high dependence on the Petroleum Fund. Despite the significant international aid, several national practical obstacles persist in terms of capacity building, politics, and administrative bureaucracies. Yet there are also efforts to be made on the side of donors and international agencies, namely regarding the promotion of the alignment, ownership and harmonization of aid, moving from theory to practice. Ultimately, the change must come from the Timorese state, but the international aid actors must prepare themselves to rise to the challenge, ensuring that future interventions truly correspond to East Timor's real needs.

Keywords: development, international aid, East Timor, aid effectiveness.

1. Introdução

O conceito de desenvolvimento, desde a sua conceção, tem sido objeto de estudo e debate ao longo de várias décadas. Associado a este conceito está o papel crucial da ajuda internacional, que visa não apenas apoiar estados em vias de desenvolvimento, mas também assegurar que esta assistência se traduza em impactos tangíveis no terreno. Com o surgimento de vários acordos e declarações internacionais, sobre a eficácia da ajuda, é imperativo compreender como estes direcionam, moldam e refletem as práticas contemporâneas de ajuda ao desenvolvimento.

Assim, a presente dissertação de mestrado tem como objetivo analisar o conceito de desenvolvimento, à luz das várias agendas da eficácia da ajuda, tendo como estudo de caso de Timor-Leste. Timor-Leste destaca-se pelo facto de ser um dos países mais recentes do mundo, que se encontra num contexto de pós-independência, onde a reconstrução e a afirmação nacional são desafios prementes, tornando-o um caso interessante para entender as dinâmicas e os desafios da cooperação internacional. Além disso, ao analisar mais detalhadamente o período entre 2011 e 2023, este estudo abrange um momento crítico na história de desenvolvimento do país, onde as agendas globais e aspirações nacionais frequentemente colidem.

Assim, a presente dissertação procura uma análise aprofundada sobre a intersecção entre teorias e práticas de desenvolvimento e a eficácia da ajuda, procurando preencher uma

lacuna no discurso académico atual. Esta investigação não se limita apenas a um exercício académico, mas também visa contribuir para o campo da cooperação internacional, propondo reflexões críticas e direcionamentos práticos para doadores e agências implementadoras da ajuda em Timor-Leste. Destacando-se a importância de continuamente questionar e reavaliar as práticas de ajuda, garantindo que elas sejam, de facto, instrumentos de transformação e progresso.

1.1. Identificação do problema de investigação

A eficácia da ajuda tem sido debatida em múltiplas conferências internacionais e academicamente, contudo, permanecem questões sobre o real impacto destas reflexões na prática da ajuda internacional, especialmente quando observamos a sua implementação em contextos específicos. Assim, o principal problema de investigação da presente dissertação de mestrado é: até que ponto a ajuda internacional se alinha com a agenda proposta e reais necessidades sentidas por Timor-Leste?

1.2. Questões centrais de investigação

Nesse mesmo sentido, a dissertação procurará ainda responder às seguintes questões da investigação:

- Como é que o conceito de eficácia da ajuda tem evoluído ao longo do tempo?
- Qual o impacto da Estratégia de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste na alocação de recursos por parte dos doadores internacionais?
- Como se caracteriza a ajuda internacional em Timor-Leste no período entre 2011 e 2023?
- O que está a colocar em causa a eficácia da ajuda em Timor-Leste?

1.3. Estrutura da dissertação

A presente dissertação de mestrado está organizada em cinco capítulos:

Capítulo 1 - introdução - onde o problema central de investigação e questões centrais de investigação que orientam a componente empírica são identificados, bem como a estrutura desta.

Capítulo 2 - revisão da literatura - aborda a evolução do conceito de desenvolvimento, o conceito de eficácia da ajuda e explora as várias agendas internacionais da eficácia da ajuda.

Capítulo 3 - estudo de caso de Timor-Leste - começando por um breve enquadramento do país, seguido da apresentação da Estratégia de Desenvolvimento de Timor-Leste (2002-2030) e uma caracterização da ajuda internacional recebida no período entre 2011 e 2023, com recurso a métodos de análise quantitativa.

Capítulo 4 - perceção dos doadores e do recetor - analisa as perspetivas das partes envolvidas no processo de ajuda, com base em entrevistas, enquanto ferramenta metodológica qualitativa.

Capítulo 5 - conclusão - resume as principais ilações recolhidas, bem como procura responder às questões centrais de investigação previamente elencadas.

2. Revisão da literatura

2.1. A evolução do conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é um conceito multidimensional e mutável, que tem vindo a assumir diferentes definições ao longo do tempo. Um dos grandes marcos diferenciadores deste conceito data do final da segunda guerra mundial, quando o conceito deixa de ser visto apenas à luz da economia e do crescimento económico (Mosley, 2004). Numa ótica de compreensão do que é o desenvolvimento e porque os Estados se encontram em diferentes graus de desenvolvimento, surgem diferentes teorias de desenvolvimento, como a teoria da modernização, teoria da dependência, o neoliberalismo, a abordagem de Desenvolvimento Humano, até às agendas de desenvolvimento assentes em objetivos e metas (Currie-Alder et al, 2014).

Na década de 1960 destaca-se, essencialmente, a teoria da Modernização, que distingue dois tipos de sociedade, a tradicional e a moderna - correspondendo o desenvolvimento a um processo de transformação estrutural e gradual, de mudanças na base produtiva e social, conforme se adotam práticas modernas (Thomas, 2000 *in* Sumner & Tribe, 2008). Teóricos como Rosenstein-Rodan e Rostow contribuíram para esta visão, introduzindo ideias como o “big push” e as “cinco etapas do crescimento económico”. Surgiram conceitos como “primeiro mundo” (sociedades desenvolvidas) e “terceiro mundo” (sociedades subdesenvolvidas).

Na década de 1970, com a insatisfação perante a teoria da Modernização, emergiu a teoria da Dependência. Esta defendia que o subdesenvolvimento era consequência da exploração dos países desenvolvidos. Teóricos marxistas, como Gunder Frank e dos Santos, destacaram-se neste período, propondo uma Nova Ordem Económica Internacional que favorecesse a cooperação entre países subdesenvolvidos.

Nos anos 1980, devido a crises económicas, o papel do Estado no desenvolvimento foi questionado. Emergiu o Consenso de Washington, enfatizando o liberalismo económico

e a privatização. Esta década ficou marcada pelo ceticismo em relação à eficácia da ajuda ao desenvolvimento.

Na década de 1990, assiste-se à *aid fatigue*, com a conseqüente redução de fluxos de ajuda, no contexto do final da Guerra Fria e a multiplicação dos atores internacionais, sendo que a redução da pobreza volta a assumir-se como principal missão da ajuda (Kanbur, 2003, p. 7). A era pós-Consenso de Washington deu ênfase ao papel das instituições e ao desenvolvimento humano, com teóricos como Paul Collier e no neoinstitucionalismo, Douglas North, Oliver Williamson, Ronald Coase, entre outros (Thorbecke, 2000).

Desde 2000, a agenda internacional de desenvolvimento tem-se focado em metas concretas. Inicialmente, foram estabelecidos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para 2000-2015, centrados na redução da pobreza. Posteriormente, em 2015, surgiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 2015-2030, com uma abordagem mais ampla e inclusiva, envolvendo mais atores, incluindo o setor privado, no processo de desenvolvimento global.

2.2. Eficácia da ajuda

A eficácia da ajuda ao desenvolvimento refere-se à sua capacidade de gerar resultados tangíveis e positivos para as comunidades beneficiadas, como a redução da pobreza e o acesso a serviços básicos (Ravallion, 2004). Esta eficácia é avaliada considerando várias dimensões, incluindo a adequação de políticas, eficiência na utilização dos recursos, alinhamento com prioridades locais e transparência na prestação de contas. A ideia central é que a ajuda deve produzir impactos positivos e duradouros.

2.3. As agendas da eficácia da ajuda

As organizações e governos identificaram princípios para a cooperação no desenvolvimento, resultando em acordos que buscam aumentar a eficácia da ajuda. Estas agendas focam-se na promoção da cooperação internacional, melhoria da transparência e prestação de contas, e garantia de que os recursos sejam utilizados de maneira mais eficiente e sustentável (ONGD, 2011). Vários compromissos internacionais surgiram desses esforços, elencados em seguida:

2.3.1. Consenso de Monterrey (2002)

O Consenso de Monterrey, fruto da Conferência Internacional de 2002 no México, centrou o debate no financiamento para o desenvolvimento e combate à pobreza global.

A declaração, que daí resultou, estabeleceu metas para as partes envolvidas no desenvolvimento, incluindo: aumentar a ajuda ao desenvolvimento por parte de países doadores, fomentar políticas económicas responsáveis e promover transparência e responsabilidade, envolvendo a sociedade civil nas decisões de desenvolvimento. Em suma, veio reforçar a importância da cooperação internacional e da responsabilidade compartilhada entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, por forma a alcançar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza.

2.3.2. Declaração de Roma em Harmonização (2003)

A 1.^a Conferência de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda, realizada em Roma em 2003, por sua vez, focou-se na harmonização da ajuda. O acordo assinado visava coordenar a ajuda dos países doadores para aumentar sua eficácia. A Declaração de Roma estabeleceu diretrizes como: alinhar a ajuda às prioridades do país parceiro, rever e identificar práticas dos doadores para facilitar a harmonização, intensificar a cooperação no país parceiro, fortalecer a liderança dos governos locais no desenvolvimento e destacar as boas práticas na prestação de ajuda.

Esta declaração permitiu fomentar não apenas a reflexão, mas também a própria promoção da harmonização da ajuda, o que veio a viabilizar a afirmação de compromissos mais robustos em datas posteriores, dando corpo aos princípios e orientações estabelecidos a nível internacional.

2.3.3. Declaração de Paris (2005)

“Como em Monterrey, reconhecemos (...), é igualmente necessário um aumento significativo da eficácia da ajuda para apoiar os esforços empreendidos pelos países parceiros, no sentido de reforçarem a governação e melhorarem os resultados obtidos na implementação do desenvolvimento.”

(Camões, 2006, p. 1)

A Declaração de Paris resultou da 2.^a Conferência de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, que teve lugar em Paris, em 2005. Nesta declaração foram identificados cinco compromissos orientadores das parcerias para o desenvolvimento, bem como estabelecidas metas com vista ao fortalecimento da eficácia da ajuda, nomeadamente:

- i. Apropriação: os países parceiros devem liderar e controlar os processos de desenvolvimento, estabelecendo as prioridades e estratégias de desenvolvimento;
- ii. Alinhamento: os doadores devem alinhar as suas estratégias e planos de ajuda com as prioridades e estratégias de desenvolvimento dos países parceiros;
- iii. Harmonização: os doadores devem coordenar entre si as suas atividades e reduzir a fragmentação e redundância das ações de ajuda;
- iv. Gestão centrada em resultados: os doadores e os países parceiros devem concentrar-se nos resultados e impacto da ação, ao invés de bens e atividades;

- v. Responsabilização mútua: doadores e países parceiros devem ser mutuamente responsáveis pela entrega e pelo impacto da ajuda, com base em compromissos claros, transparência e prestação de contas.

2.3.4. Agenda de Ação de Acra (2008)

Em 2008, a Agenda para a Ação de Acra foi estabelecida para intensificar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento (Camões, 2008). Baseando-se na Declaração de Paris, a agenda focou-se em três desafios centrais:

- i. *“O controlo pelos países é a chave”*: enfatizar a liderança dos países parceiros em seus processos de desenvolvimento, destacando a importância da participação local;
- ii. *“Construir parcerias mais eficazes e inclusivas”*: promover parcerias mais eficazes, assegurando a coerência nas políticas de desenvolvimento por forma a evitar contradições com áreas como o comércio e o ambiente;
- iii. *“Alcançar resultados de desenvolvimento - e prestar abertamente contas desses resultados - tem que estar presente em tudo o que fazemos”*: sublinhar a prestação de contas e a medição do impacto da ajuda, introduzindo compromissos para melhorar a transparência dos dados.

A agenda representa uma evolução da Declaração de Paris, aprofundando compromissos e reforçando mecanismos de monitoramento. Enfatiza a participação da sociedade civil, setor privado e outros atores no desenvolvimento, e destaca a capacitação dos países parceiros para liderar esforços de desenvolvimento sustentável.

2.3.5. Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (2011) e a Parceria Global (2012-2022)

Em 2011, no 4.º Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, em Busan, Coreia, foi estabelecida a Parceria de Busan, delineando compromissos globais para alcançar os ODS, reconhecendo a relevância do cumprimento destes princípios da eficácia para a obtenção de resultados de desenvolvimento duradouros (ONGD, 2011; The Global Partnership, 2023; UNDP, 2021). Assim, consideram-se os seguintes compromissos (Camões, 2011):

- i. A “apropriação” onde os países parceiros são os principais responsáveis pelo próprio desenvolvimento, refletindo as suas prioridades;
- ii. A “gestão centrada em resultados”, focada em resultados mensuráveis e sustentáveis;
- iii. A “cooperação inclusiva”, que irá ampliar a participação de diversos atores no desenvolvimento;
- iv. Ênfase na “transparência e responsabilização mútua”, promovendo a gestão transparente e o combate à corrupção.

Esta parceria possibilitou, ainda, a criação de um instrumento denominado Parceria Global para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz/ *The Global Partnership for Effective Development Co-operation* que tem como objetivo o desenvolvimento de parcerias numa ótica de impulsionar a eficácia do desenvolvimento. À semelhança dos encontros multilaterais elencados, este organismo reúne, de igual modo, governos, organizações internacionais, membros da sociedade civil e do sector privado. Desde a sua constituição formal, em 2012, já realizou vários encontros que resultaram em diversos compromissos internacionais, entre eles o Comunicado do México (2014)¹, o Documento Final de Nairobi (2016)², a Declaração do Copresidente sobre a Reunião de Alto Nível (2019)³ e a Declaração da Cimeira de Genebra (2022)⁴.

Do encontro internacional, que teve lugar em 2019, resultou o Programa de Trabalhos 2020-2022⁵, um documento assente em três pilares: promover a eficácia do desenvolvimento para acelerar a implementação da Agenda 2030, construir melhores parcerias, e alavancar a monitorização para a ação. De momento está em execução o Programa de Trabalhos 2023-2026 (The Global Partnership, 2023).

2.3.6. Agenda de Ação de Adis Abeba (2015)

Em 2015, na 3.^a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, surgiu a Agenda de Ação de Adis Abeba, delineando compromissos para alcançar os ODS. A agenda destaca a mobilização de recursos financeiros internos, enfatizando a coleta através de impostos, o combate à corrupção e a gestão eficaz de recursos. Além disso, destaca o fortalecimento da capacidade institucional e o papel da sociedade civil na criação e implementação de políticas sustentáveis.

Estas são algumas das agendas onde os atores internacionais debateram e assumiram compromissos em torno da eficácia da ajuda e seus princípios. O debate em torno da eficácia da ajuda é contínuo e multidisciplinar, envolvendo diversas áreas do conhecimento e perspectivas teóricas e práticas.

2.3.7. Correntes de pensamento e posicionamentos

No que toca à reflexão em torno da eficácia da ajuda existem essencialmente três grandes correntes e posicionamentos.

¹ Disponível a consulta em: <https://effectivecooperation.org/system/files/2020-06/Communique-Mexico-HLM-16.4.14.pdf>.

² Disponível a consulta em: <https://effectivecooperation.org/system/files/2020-05/Nairobi-Outcome-Documents-English.pdf>.

³ Disponível a consulta em: <https://effectivecooperation.org/system/files/2020-05/2019-Senior-Level-Meeting-Co-Chair-Statement.pdf>.

⁴ Disponível a consulta em: <https://effectivecooperation.org/system/files/2022-12/Final%20Outcome%20Document.pdf>.

⁵ Disponível a consulta em: https://effectivecooperation.org/system/files/2020-11/GPEDC_2020-2022_Work_Programme_FINAL_15May%20%281%29.pdf.

Primeiramente, a visão otimista, de que a ajuda é eficaz e tem proporcionado o crescimento económico e desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Alguns nomes que se destacam nesta corrente são Jeffrey Sachs, que foca a sua análise em torno da erradicação da pobreza, e Bill Gates, nomeadamente no domínio da ajuda médica internacional, que tem tido um papel fulcral na contenção de doenças como o HIV, malária e tuberculose. Para Hansen & Tarp (2000), a título de exemplo, a questão central não se prende apenas se a ajuda tem proporcionado ou não desenvolvimento, mas sim na necessidade de criar as devidas ferramentas que assegurem que esta dê resposta às várias necessidades identificadas.

A segunda corrente defende que a eficácia da ajuda existe, mas que está dependente de um conjunto de condições específicas, entre os quais a existência de estados democráticos, com governos estáveis e não corruptos no que diz respeito ao país recetor, ou ainda, a ausência de conflitos bélicos e sociais. Esta posição é assumida e debatida por vários autores, salientando-se Craig Burnside e David Dollar. Um outro elemento percecionado passa pelo ambiente económico que possua condições específicas como a existência de políticas fiscais estáveis e sustentáveis, taxas de câmbio competitivas entre outros (Banco Mundial, 1990 *in* Durbarry, Gemmell e Greenaway, 1998). Aprofundando a questão enquadra-se ainda a teoria do clima, influenciando a propensão para características sociais favoráveis ao desenvolvimento (Guillaumont e Chauvet, 2001).

A terceira corrente preconiza que a ajuda não é eficiente e pode representar, por vezes, um entrave ao próprio desenvolvimento e crescimento económico dos países em desenvolvimento. Moyo (2009), a título de exemplo, argumenta que a ajuda não só é ineficiente, como é responsável pela introdução de disfuncionalidades nos países em desenvolvimento, utilizando o continente africano como exemplo prático. Dichter (2005), por sua vez, afirma que a ajuda corresponde a um desperdício e, por isso, o volume da ajuda deve ser reduzido.

3. Estudo de caso: Timor-Leste

3.1 Enquadramento de Timor-Leste

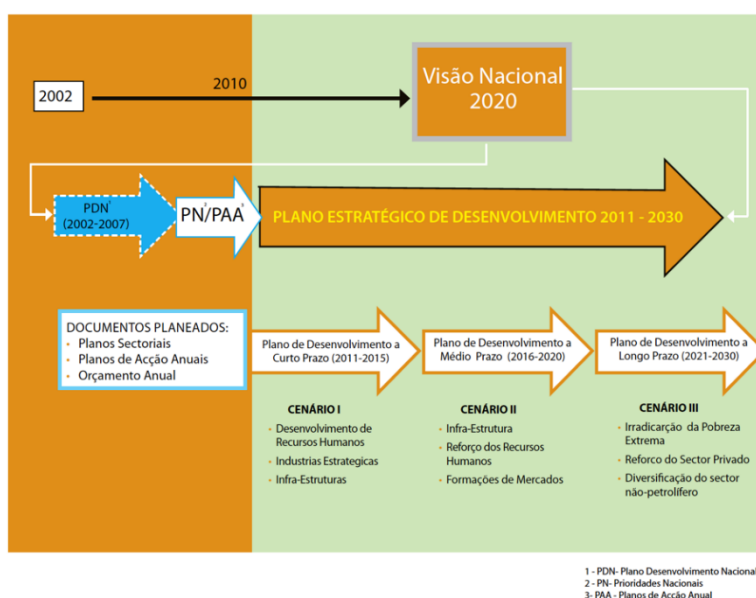
Timor-Leste esteve sob o domínio português desde o século XVI e iniciou o seu processo de descolonização em 1974. Apesar de, em 1975, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) proclamar unilateralmente a independência, a Indonésia invade e anexa o território, desencadeando-se uma resistência prolongada. Em 1999, Timor-Leste opta pela independência por via de um referendo, seguindo-se um período conturbado. Assim, de 1999 a 2002, instala-se uma missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), entendida por Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste. A 20 de maio de 2002, Timor-Leste torna-se soberano, com a aprovação da constituição que vigora até aos dias de hoje. Conclua-se, assim, que Timor-Leste corresponde a um dos países mais recentes, reconhecidos a nível internacional.

A economia timorense apesar de, inicialmente, depender significativamente da ajuda internacional, sofre uma significativa transformação com o surgimento das receitas petrolíferas vindas, essencialmente, de Bayu-Undan e Greater Sunrise. Assim, em 2005, foi criado o Fundo Petrolífero, um fundo soberano destinado a gerir e preservar a riqueza proveniente dos recursos de petróleo e gás para as gerações futuras e garantir a sustentabilidade fiscal e económica do país. Em todo o caso, atualmente, Timor-Leste enquadra-se num país de rendimento médio-baixo que, apesar de ter deixado de ser considerado um país frágil pela OCDE, em 2020, é ainda um país em vias de desenvolvimento. Atualmente, ocupa o 140.º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2022. p. 274).

3.2. Estratégia de Desenvolvimento de Timor-Leste (2002-2030)

Como mencionado anteriormente, no início dos anos 2000, Timor-Leste começou a beneficiar das receitas significativas provenientes dos seus recursos petrolíferos. Estas receitas ofereceram uma oportunidade única para financiar o desenvolvimento, mas também trouxeram o desafio de garantir que esses recursos fossem utilizados de maneira eficaz e sustentável. Neste contexto, tornou-se premente definir prioridades claras e estabelecer um caminho para transformar Timor-Leste de um país pós-conflito, com baixo rendimento para uma nação com rendimento médio-alto até 2030.

Figura 1 - Etapas do Plano Estratégico de Desenvolvimento



Fonte: RDTL, 2011. p. 265

A definição da estratégia de desenvolvimento nacional, desde 2002, assumiu três fases de implementação: Plano Nacional de Desenvolvimento (2002-2007), Prioridades Nacionais e Planos de Ação Anual (2007-2011) e Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030, conforme figura acima.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) trata-se de um documento orientador das ações de desenvolvimento para Timor-Leste, que visa dar resposta às necessidades e problemáticas identificadas pela população timorense. Este plano é um produto de investigação exaustiva e consulta popular das ações prioritárias para o desenvolvimento do país, que está alinhado com a estratégia nacional levada a cabo pelo país desde 2002, sendo a ação prevista alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, atuais ODS, bem como com a Agenda 2030.

O PED concebe três fases de implementação de políticas estratégicas a curto (2011-2015), médio (2016-2020) e longo prazo (2021-2030), apesar de, na prática, a implementação efetiva apenas tenha tido lugar nos finais de 2012. Para além disso, o PED prevê três pilares fundamentais, nomeadamente o Desenvolvimento do Capital Social, o Desenvolvimento de Infraestruturas e o Desenvolvimento Económico. O primeiro, sumariamente, diz respeito a investimentos na educação, saúde, segurança social e outros eixos essenciais para melhorar o bem-estar da população. O Desenvolvimento de Infraestruturas, por sua vez, corresponde à construção e reabilitação de infraestruturas básicas como estradas, eletricidade, água e saneamento. Por último, o Desenvolvimento Económico visa promover uma economia diversificada, através da redução da dependência das receitas do petróleo e o fomento de setores como a agricultura, turismo e manufatura (ANAPMA, 2021. p. 5).

Em todo o caso, o documento está dividido em quatro secções, correspondendo ao acréscimo de uma área subordinada ao Quadro Institucional. Para cada secção estão enumeradas ações e metas a alcançar nas fases de implementação supramencionadas. Segundo a Associação La'o Hamutuk (2023) houve a intenção de revisão que não veio a público, datada de 2016 com Rui Araújo enquanto primeiro-ministro, no entanto em 2022 procedeu à revisão e alargamento do PED, que contou com uma proposta da sociedade civil⁶. Assim, em maio de 2023, o governo timorense adotou um PED revisto/reajustado para 2023-2028⁷.

3.3. Caracterização da ajuda em Timor-Leste (2011-2023)

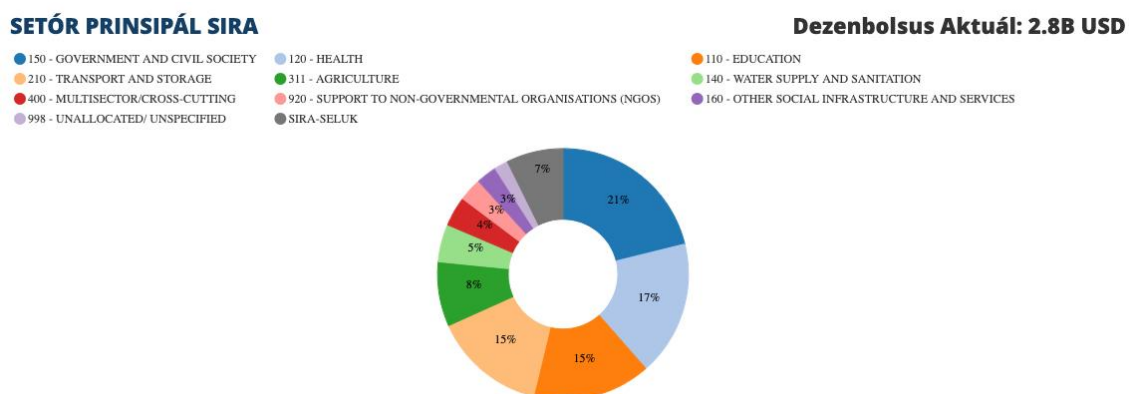
3.3.1. Setor da ajuda

Por setor de ajuda entenda-se como a área e tema sob os quais a assistência externa é direcionada para apoiar o desenvolvimento de um país ou região. Segundo os dados disponibilizados pelo Portal de Transparência da Ajuda (2023), os principais setores de ajuda, entre 2011 e 2023, foram o governo e sociedade social, representando 21% da ajuda, saúde com 17%, educação com 15%, transporte e armazenamento com a mesma percentagem e agricultura, representando 8% da ajuda, veja-se gráfico seguinte:

⁶ Disponível a consulta em: www.laohamutuk.org/econ/SDP/220429SubmisaunOSSkonabaPED.pdf.

⁷ Disponível a consulta em: www.laohamutuk.org/econ/SDP/2023/230531JRGovRes28PEDR.pdf.

Gráfico 1 - Principais setores da ajuda em Timor-Leste, 2011-2023

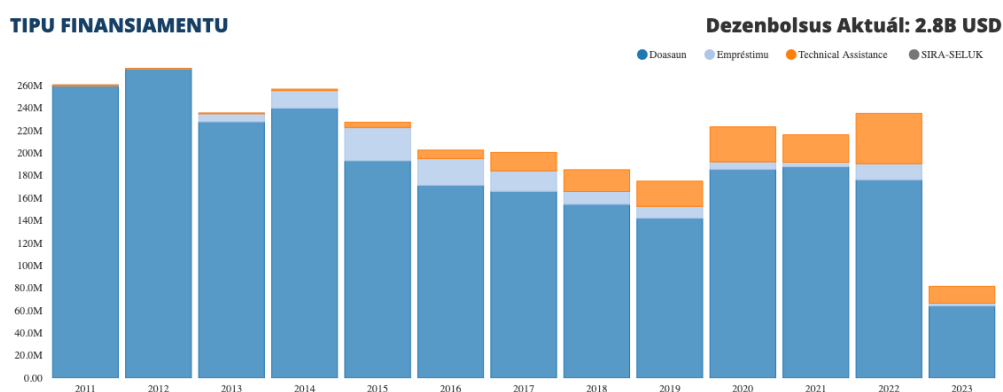


Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

3.3.2. Tipo da ajuda

Em termos de tipo de ajuda prestada a Timor-Leste, entre 2011 e 2023, conforme o gráfico abaixo demonstra, a ajuda tem sido, maioritariamente na forma de doação e, num segundo plano, por assistência técnica. Todos os tipos de doação têm sofrido várias flutuações ao longo do tempo, assistindo-se, em todo o caso, a um crescente aumento percentual da assistência técnica face aos demais tipos de ajuda. Este aumento é, mais fortemente sentido, em 2022, em que este tipo de ajuda correspondeu a 19% do total da ajuda. Apesar do ano de 2023 ainda não ter terminado, a tendência mantém-se, sendo de notar que, face a 2011 em que a ajuda era, essencialmente, em formato de doação.

Gráfico 2 - Tipo da ajuda em Timor-Leste, 2011-2023



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

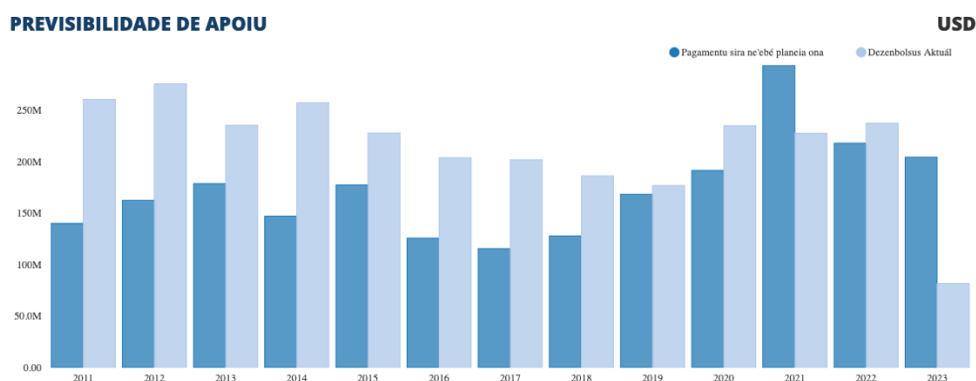
3.3.3 Evolução da ajuda

Conforme é possível verificar pela figura abaixo, desde 2011 e 2023, os fluxos de ajuda financeira têm sofrido diversas oscilações ao longo dos anos, no entanto, podemos facilmente apurar uma tendência decrescente. Em 2011, o desembolso da ajuda

correspondeu a \$ 260,696,683.42 e, em 2022 (último ano disponível), \$ 237,700,760.23, ou seja, uma diminuição de aproximadamente 9%.

Ressalva lembrar que, ao analisar estes resultados, deve ser tido em conta o contexto envolvente, isto é, o impasse político, a adoção tardia do orçamento, a redução da dotação de despesas e contração da economia no período 2017-2019, bem como os efeitos sociais e económicos causados pela pandemia COVID-19, desde o ano de 2020 (ANAPMA, 2021. p. 32).

Gráfico 3 - Previsibilidade da ajuda em Timor-Leste, 2011-2023



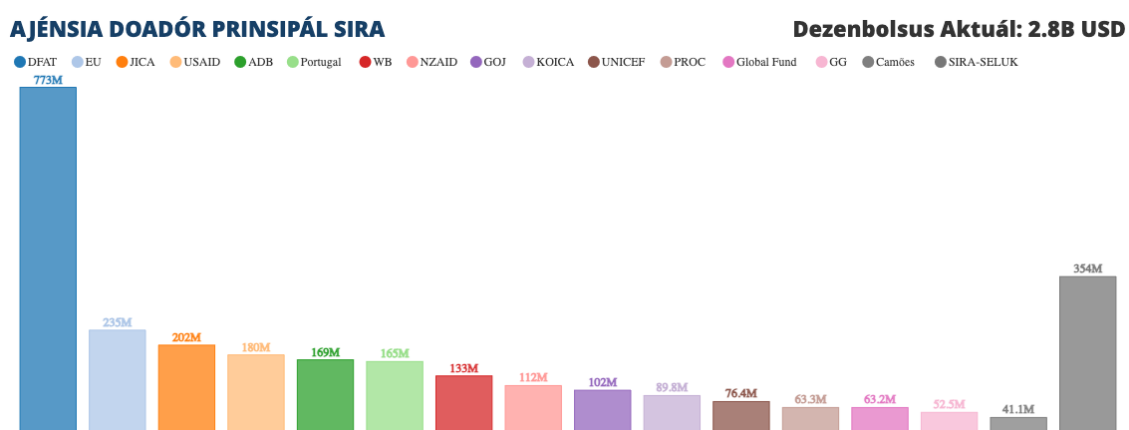
Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

É de registar, ainda, que salvo o ano de 2021, o desembolso financeiro da ajuda ficou sempre acima do plano de desembolsos. Este fenómeno não é comum no contexto da ajuda internacional para o desenvolvimento, sendo mais frequente a menor alocação de verbas face ao plano e compromissos assumidos. No caso de Timor-Leste, este fenómeno advém de diversas razões, entre as quais, necessidades emergentes, mudanças nas políticas dos doadores, mecanismos de financiamento flexíveis ou do próprio fortalecimento de dinâmicas bilaterais.

3.3.4. Caracterização dos doadores

Segundo os dados disponibilizados pelo Portal de Transparência da Ajuda (2023), as principais agências doadoras de ajuda internacional são o Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio do governo da Austrália (DFAT), responsável por 23%, que corresponde aproximadamente a 773 mil milhões de dólares americanos, quantia que se distancia significativamente face aos restantes doadores. A segunda principal agência doadora é a União Europeia (UE), representando 8% da ajuda, seguida da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), representando 7% e, três outras agências no mesmo patamar, isto é, representando 6% da alocação da ajuda, nomeadamente a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), o Banco Asiático para o Desenvolvimento (ADB) e o governo português. Ver gráfico seguinte:

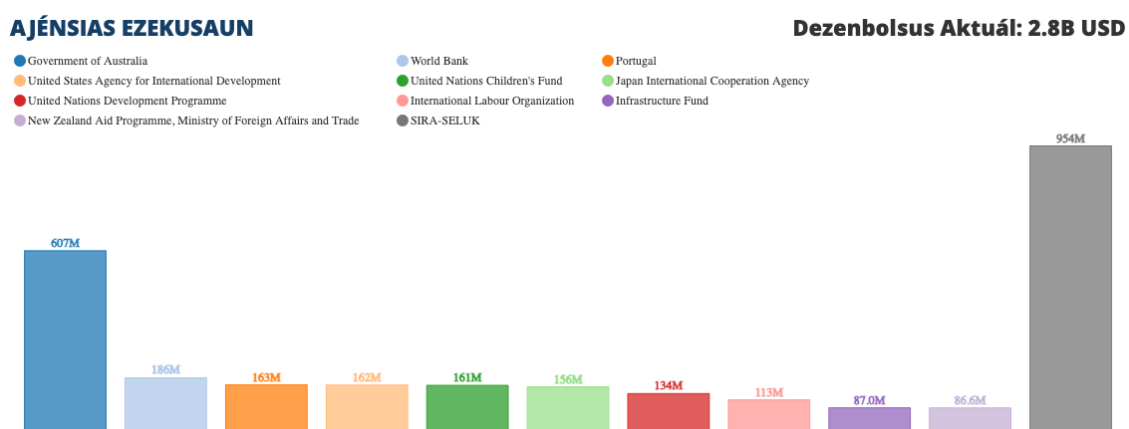
Gráfico 4 - Principais agências doadoras, 2011-2023



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

Já no que diz respeito às agências executoras da ajuda e implementadoras, as entidades ocupam a mesma posição. Veja-se o gráfico abaixo, que diz respeito às principais agências executoras da ajuda onde, apesar do governo australiano continuar a ocupar a primeira posição, esta é seguida pelo Banco Mundial, o governo português, a USAID e o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

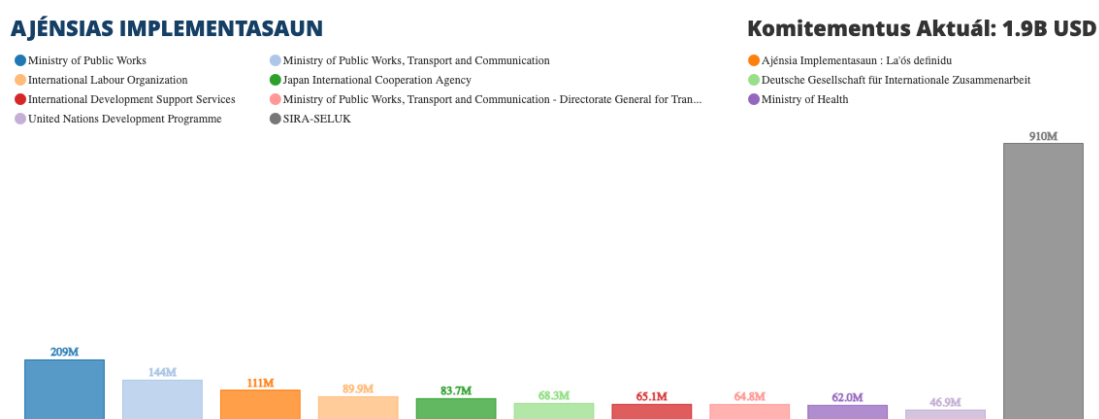
Gráfico 5 - Principais agências executoras da ajuda, 2011-2023



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

Relativamente às agências implementadoras da ajuda, conforme é possível verificar no gráfico abaixo, já surgem os atores ou organismos locais, de entre os quais o Ministério das Obras Públicas, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (atual Ministério dos Transportes e Comunicações) e respetiva direção geral, bem como o Ministério da Saúde. Das cinco principais agências implementadoras, três são nacionais e duas internacionais, nomeadamente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a JICA.

Gráfico 6 - Principais agências implementadoras da ajuda, 2011-2023

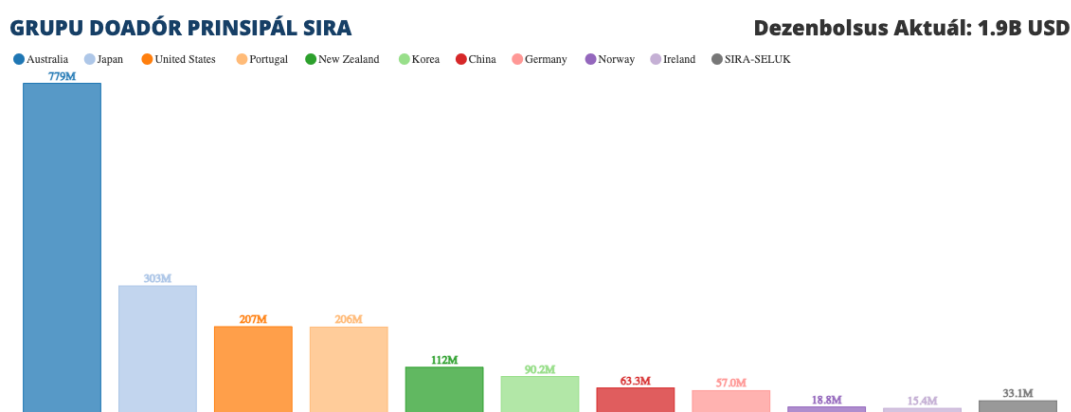


Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

3.3.5. Ajuda Bilateral

No que toca à ajuda bilateral, isto é, a prestação de ajuda internacional direta de um país a outro, em Timor-Leste, entre 2011 e 2023, somou aproximadamente 1.9 mil milhões de dólares americanos. Assistindo-se, uma vez mais, ao primado da ajuda prestada pela Austrália, que representa 41% da amostra, correspondendo a cerca de 779 milhões de dólares americanos. A segunda posição é ocupada pelo Japão, nomeadamente 16% da ajuda bilateral prestada a Timor-Leste. Os Estados Unidos da América e Portugal, por sua vez, doam ambos 11% da ajuda bilateral e a Nova Zelândia, 6%, aproximadamente 112 milhões de dólares americanos.

Gráfico 7 - Principais doadores de ajuda bilateral a Timor-Leste, 2011-2023



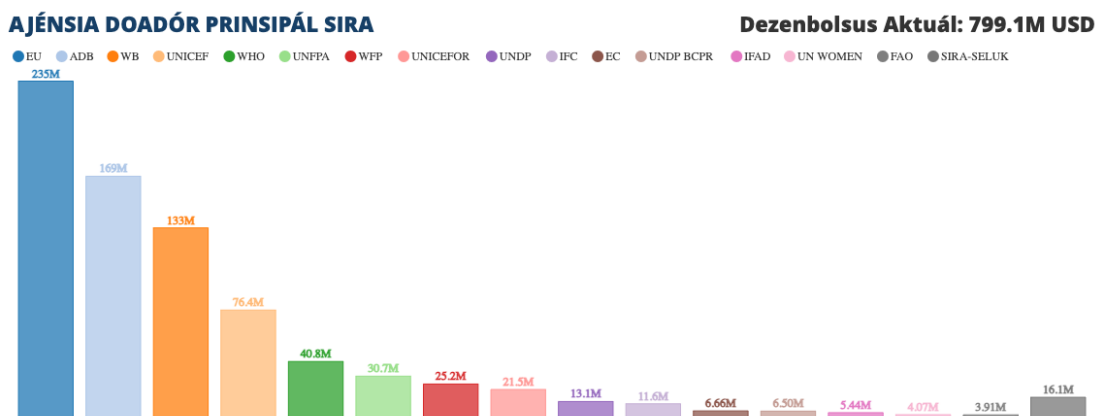
Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

3.3.6. Ajuda Multilateral

A ajuda multilateral, entenda-se por múltiplos países ou entidades a um país recetor, geralmente através de organizações internacionais, em Timor-Leste é marcada por diversos agentes internacionais. A ajuda multilateral prestada a Timor-Leste, entre 2011 e 2023, somou 799.1 milhões de dólares americanos. Conforme o gráfico abaixo, os

principais doadores multilaterais foram os seguintes: UE (29%), ADB (21%), Banco Mundial (17%), UNICEF (10%) e a Organização Mundial de Saúde (OMS, 5%).

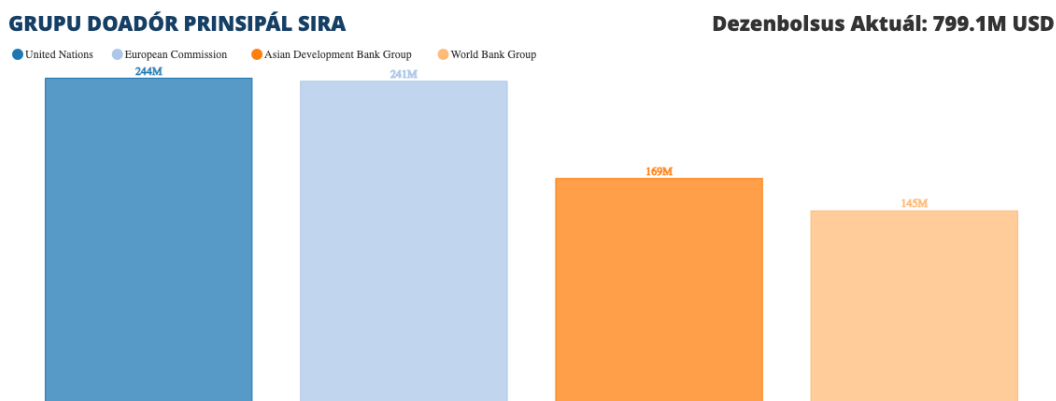
Gráfico 8 - Principais agências doadoras de ajuda a Timor-Leste, 2011-2023



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

Relativamente aos principais grupos doadores, a amostra é assumida essencialmente por quatro grupos, conforme o gráfico abaixo demonstra, nomeadamente as Nações Unidas (31%), a Comissão Europeia (30%), o Grupo do ADB Asiático (21%) e o Grupo do Banco Mundial (GBM, 18%).

Gráfico 9 - Principais grupos doadores de ajuda a Timor-Leste, 2011-2023



Fonte: Portal de Transparência da Ajuda, 2023

4. Perceção dos doadores e do recetor

4.1. Metodologia das entrevistas

Por forma a obter uma compreensão mais aprofundada das experiências dos profissionais da área, tanto por parte dos doadores e agências, como de estruturas nacionais, foram levadas a cabo entrevistas abertas e semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas

pessoalmente, na cidade de Díli, Timor-Leste, entre 28 de setembro e 13 de outubro de 2023, tendo uma duração média de quarenta e cinco minutos.

Todos os entrevistados foram selecionados através de uma abordagem baseada em critérios, com base nos anos de experiência direta na gestão, monitorização ou acompanhamento de projetos de cooperação, bem como na gestão de pastas direta ou indiretamente ligadas à ajuda internacional e à eficácia desta em Timor-Leste. Assim, foi selecionado um conjunto de atores que assumem diferentes papéis, de doador bilateral e multilateral, de implementador, àquele que apenas financia ou faz apoio direto ao Orçamento de Estado e assistência técnica, àquele que tem fundos próprios e aos que para além de fundos próprios, agem por via de subvenções, por forma a ter uma visão mais holística e heterogénea, que representa a complexidade, e não apenas uma visão unívoca.

Nesse mesmo sentido, foi elaborado um guião de entrevista semiestruturado (ver anexo), com vista a avaliar qualitativamente se o PED está a influenciar a alocação de fundos de ajuda, mas também explorar a profundidade dessa influência e as razões por trás das decisões de alocação de fundos. Adicionalmente, visaram obter uma perspetiva qualitativa sobre como o PED pode estar a contribuir para uma ajuda mais eficaz em Timor-Leste e quais os desafios sentidos para o alcance de uma ajuda eficaz no país.

Antes de cada entrevista, foi solicitado a autorização para gravação da mesma. Todas as opiniões emitidas e as respostas dadas correspondem a perspetivas pessoais dos entrevistados, não refletindo nem devendo ser entendidas como vinculando as entidades em que os entrevistados estão ou estiveram empregues.

No total foram realizadas sete entrevistas, tendo como perfil entidades doadoras e algumas na qualidade de agências implementadoras, nomeadamente o ADB, Centro Português de Cooperação/Cooperação Portuguesa, JICA e o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

No que toca a uma visão nacional, do Estado recetor, foram conduzidas entrevistas a assessores de organismos do governo, nomeadamente do Ministério das Finanças e Presidência do Conselho de Ministros⁸. Face a organizações da sociedade civil, foi possível entrevistar a Associação La'o Hamutuk, também conhecida como Instituto Timor-Leste para Monitorização e Análise do Desenvolvimento, que integrou a equipa de redação do supramencionado Relatório de Avaliação do PED sobre a implementação até 2020, publicado em 2021.

⁸ Apesar da ANAPMA (Agência Nacional de Planeamento, Monitorização e Avaliação) ter sido extinta, o atual governo criou o Gabinete de Desenvolvimento de Políticas Públicas Estratégicas que pretende fazer a ligação entre as Políticas Públicas, Ajuda Externa e Projetos Estratégicos. Sendo que a interlocutora selecionada está envolvida neste novo gabinete.

4.2. Resultados das entrevistas

Todos os doadores demonstraram e afirmaram que as organizações, onde desempenham funções, têm conhecimento aprofundado sobre o PED, reconhecendo a importância do documento, ainda que, admitam outros documentos nacionais de igual ou aproximada importância. Armando Amaral da Cruz (comunicação pessoal, 6 de outubro de 2023), responsável de programas sénior da JICA, afirmou que: *“As development partners we are always ready to cooperate with the government and, for this current government, as we know the Prime Minister and the government members emphasized <Country Own and Country Lead>”*. Sendo mencionado, por mais do que um dos entrevistados, a importância e impacto na atuação dos doadores do discurso de tomada de posse⁹ do atual governo, bem como no discurso de apresentação do programa de governo¹⁰. Cite-se ainda, um dos argumentos da importância do PED, por parte de José Perreira (comunicação pessoal, 29 de setembro de 2023), responsável de projeto sénior da ADB: *“Yes, because from what we have seen, when we align with the Government Strategic Plan, government can control, government can lead and then government can coordinate.”*.

A única resposta que se contrapõe à visão geral dos entrevistados foi a de Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023), investigador da La’o Hamutuk que afirmou que o PED não é um documento tão relevante quanto isso, por se tratar de um instrumento político, pesando consoante o partido político eleito. Aliado a este argumento, o investigador acrescentou que: *“The plan was, it was never a plan, it was a vision. It was saying <we want the country to be like this> it didn't say how we're going to get there, how much money it's going to cost, what steps are going to be taken and it gets quoted cited selectively.”*.

Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023) acrescenta uma crítica ao PED, nomeadamente à leitura do desenvolvimento com base no PIB (Produto Interno Bruto) per capita, que remonta à crítica de Sen (2003) face às medidas convencionais de desenvolvimento - PIB per capita - que não valorizam a qualidade de vida ou o bem-estar das pessoas, cito: *“On the first page of the SDP is that Timor-Leste should be of lower or upper middle-income country by 2030 and the way that's measured is the GDP should be up to a certain level. DGP counts dollars doesn't count people. If one rich person increases their income from \$100,000 a year to \$101,000 a year, it increases their income by 1% and that'll have more effect on GDP than if 1000 people double their income, you know they're poor people. So, measures how rich people are doing, it doesn't measure how poor people are doing, and especially when most people live in a subsistence economy”*.

⁹ Disponível para consulta em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2023/07/Discurso_Tomada-de-Posse_01_07_20232.pdf.

¹⁰ Disponível para consulta em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2023/07/2023-07-18-Apresentac%CC%A7a%CC%83o-Programa-IX-Governo-Parlamento-Nacional.pdf>.

“A concretização máxima do planeamento é efetivamente a alocação de recursos financeiros à execução das prioridades que estão nos documentos de planificação.”

(Bruno Lencastre, comunicação pessoal, 28 de setembro de 2023)

Conforme mencionado, em todo o caso, esse alinhamento não é apenas baseado no PED, mas também nos documentos da própria organização - que resultam de acordos e/ou negociações com o governo timorense - ou, ainda noutros documentos nacionais como será aprofundado mais adiante. A título de exemplo, o assessor técnico principal do PNUD, Bruno Lencastre, deu conta que a organização possui um CPD (Country Programme Document) que indica as áreas em que o PNUD irá intervir num horizonte temporal de quatro anos. Já no caso da ONU, o documento interno orientador é o UNSDCF (United Nations Sustainable Development Cooperation Framework). Para a ADB, para além do alinhamento com o PED, a instituição rege-se por um *Country Strategy Partnership* (CPS) que diz respeito a um período de quatro anos e um *Business Program* anual. No caso de doadores bilaterais, no caso de Portugal, a cooperação é ainda regida pelo PEC (Programa Estratégico de Cooperação) Portugal - Timor-Leste, que tem a duração de cinco anos, estando para breve a elaboração do novo programa que deverá entrar em vigor em 2024, segundo Cristina Faustino, diretora do Centro Português de Cooperação.

Bruno Lencastre alertou que, uma vez que o PED é um instrumento de longo prazo, o PNUD alinha a sua atuação, essencialmente, com instrumentos de curto e médio prazo, nomeadamente no Programa do Governo, que abrange um período de cinco anos, logo a médio prazo, bem como os programas sectoriais dos diferentes ministérios. A curto prazo informou ainda que se seguiam por um documento, que deixou de existir, nomeadamente as Grandes Opções do Plano, que tinha a duração de um ano. Segundo Bruno Lencastre (comunicação pessoal, 28 de setembro de 2023) o principal instrumento é o Orçamento de Estado, uma vez que “(...) *vai para além da mera programação e estabelece um teto de despesa para atividades concretas.*”. Sendo os programas setoriais salientados pelo ADB e JICA, já a hierarquização de Orçamento de Estado foi também salientado pelas assessoras em organismos públicos.

Quando questionados face à sua opinião se todos os doadores, sejam eles multilaterais ou bilaterais, ambos depositam a mesma importância ao alinhamento com a estratégia nacional. Em todo o caso, alguns dos entrevistados admitem que ao nível da ajuda bilateral, mais facilmente se assiste ao contrário. Alguns entrevistados foram mais longe, conseguindo identificar em agências internacionais os seus próprios interesses, como a promoção de valores - como a democracia, Estado de Direito, entre outros - promovendo um alinhamento não só com o país beneficiário, mas dos seus próprios Estados membro enquanto agências implementadoras da ajuda, por parte do doador. Sónia Leitão (comunicação pessoal, 10 de outubro de 2023), assessora especial da Presidência do Conselho de Ministros, partilhando da opinião de que o mercado da ajuda internacional não é desprovido de interesse afirmou: “*Toda a ajuda externa é um braço das políticas externas dos próprios países, ou seja, nós não podemos ser inocentes a ver isto (...) não*

só têm interesses a nível da política externa do próprio país, mas inclusivamente no posicionamento geopolítico que têm numa determinada região, neste caso, na região do Sudeste Asiático”.

Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023), por sua vez, afirmou que: *“The aid industry is a way for governments to support certain companies or businesses or individuals in their own from their own country. It’s not the primary objective, as far as I can tell, it’s not to help the people in the country that they’re doing the aid in (...) Every country, every donor country comes with an agenda.”* Alertando para as motivações de promoção e manutenção de certas culturas e línguas, no caso de Portugal, a título de exemplo, ou no caso dos EUA ao investirem na comunicação social. Um elemento que, apesar de evidente foi evitado por parte dos entrevistados, mas abordado por Charles Schneider foi o peso da manutenção de influências geopolíticas assentes em práticas que sustentam a dependência e hierarquização entre os Estados.

Uma crítica muito virada para os países ex-colonizadores, com especial enfoque em Portugal, frequente por parte dos anglo-saxónicos em Timor-Leste, cite-se Silva (2007): *“Esta situação está relacionada com o facto de a língua portuguesa ter sido, para Portugal, simultaneamente uma forte fonte de identidade nacional e uma forma de construir laços com os países e territórios que constituem o seu império colonial há muito perdido.”* Em todo o caso, Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023) reconhece não ser o caso de todos os países, salientado a Nova Zelândia que assume uma abordagem cultural diferente visível nos seus discursos institucionais, que começam sempre em Maori e nos quais procuram falar a língua local e mais amplamente falada (no caso o tétum), entendido como: *“it’s an acknowledgement that there were people there before the colonizers came.”*

“Every time we looked in an aid project we found the same problems: they weren’t build on local knowledge, they didn’t address local needs, they didn’t include women and other disadvantaged people. It was totally unsustainable as soon as the donor money stopped it collapsed...”

(Charles Schneider, comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023)

Quando questionados face aos principais obstáculos e desafios para uma ajuda eficaz em Timor-Leste, priorizam os desafios de natureza nacional, nomeadamente a burocracia, capacidade, partidarismo e “familiarismo” que resultam na instabilidade de recursos humanos na administração pública, falta de arquivo e memória histórica entre outros. Segundo José Perreira (comunicação pessoal, 29 de setembro de 2023): *“Sometimes when we work with the government, it can be challenge for you to implement it, when you think that you can quickly achieve the result, it doesn’t seem like that. We need to be balanced on that because sometimes we have to face too much bureaucracy when we follow that one, but we need also to find way that we can manage to make sure that this activity is delivery on time, otherwise it will not achieve the goal that we are expecting.”*

A questão da falta de quadros qualificados na administração pública, referenciada quer por José Perreira, quer por Cristina Faustino, é sentida pela maioria dos doadores, cite-se Armando Amaral da Cruz (comunicação pessoal, 6 de outubro de 2023): *“For the governmental side is still very hard for them to formulate or create a funding proposal so they still need the assistance from the development partners (...) needs more efforts from the government to improve the system.”*.

No entanto coloca-se o paradoxo da capacitação, na medida que para além de formações que, devido ao argumento que será aprofundado adiante, não tem produzido muitos efeitos devido às sucessivas mudanças políticas, têm também sido feito muito à base da colocação de assessores nos diferentes ministérios, não bem visto perante a comunidade. Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023) aprofunda a questão face a estes dois argumentos finais, acrescentando o seguinte: *“You won’t learn by working in a government office you learn in primary school, that’s where the focus needs to be in training young people.”*. Na medida em que a prioridade deveria ser a formação no pré-escolar, que não se pode focalizar somente a educação na aprendizagem de línguas, deixando de lado matemática, ciências, história, pensamento lógico, e outras matérias e acrescenta: *“It’s a long-term process, you can’t train somebody in six months or whatever if they didn’t have a decent educational foundation to build them on.”*.

Por outro lado, no que toca à questão dos assessores, matéria amplamente discutível a nível local, no que toca à grande disparidade dos salários dos chamados *“malae”* (estrangeiros) face aos locais, bem como à resistência da utilização do idioma local. Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023) deu conta de um estudo da La’o Hamutuk que concluiu o seguinte: *“We did a study in 2009, ten years after the referendum, and we figured out that about 89% of the aid that donors say they had allocated for Timor-Leste, never came into the country. He went to pay consultants in their own country or went to pay UN agencies, or for procurement from some other country to send stuff here for their own use. At that point, there have been about, I think \$5 billion allocated to Timor-Leste by various different donors and international agencies and less than 10% of it had actually come into the country.”*.

A falta de celeridade na resposta aos pedidos, devido à forte hierarquização da administração pública é algo fortemente sentido pelas agências implementadoras, bem como doadores internacionais. Cristina Faustino (comunicação pessoal, 11 de outubro de 2023) deu conta que: *“Uma das queixas que nós ouvimos mais é a da falta de decisão, ser tomada a nível político, não há uma administração pública autonomizada e que siga os processos. (...) o que seria esperado se estivéssemos a falar de decisões políticas e estratégicas, mas muitas vezes são simples decisões em que o diretor intermédio acaba por não ter autonomia e é preciso aguardar.”*.

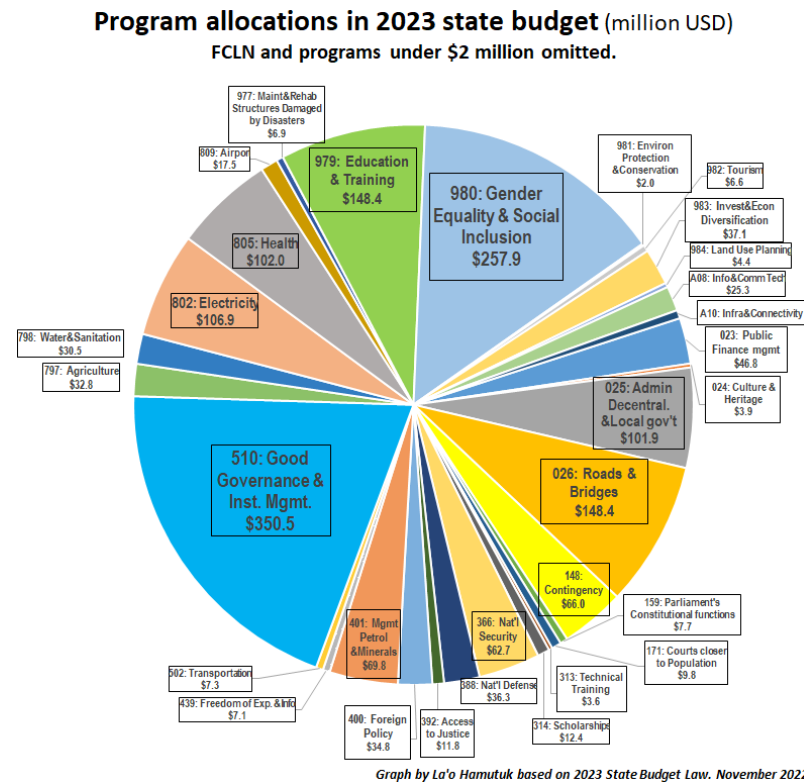
Este problema da celeridade - demora na resposta atempada às necessidades - na opinião de vários dos entrevistados, sucede não apenas devido à hierarquização, mas também, conforme mencionado anteriormente à partidarização, cite-se Armando Amaral da Cruz (comunicação pessoal, 6 de outubro de 2023): *“(...) the changing of the government,*

sometimes, sorry to say, but sometimes there is no handover of tasks from the former government to the new government. I don't know why, but some of the ministries they handover in order to follow up what the development partners are doing (...) so we have to explain again, from our side (...) and that's more challenging. This is one of the biggest challenges for us development partners.”. Por outro lado, segundo Cristina Faustino (comunicação pessoal, 11 de outubro de 2023) um obstáculo funcional para a celeridade diz respeito ao seguinte: *“Os procedimentos instituídos pelos parceiros locais e a falta ainda de um bom funcionamento de mecanismos, por exemplo, de uma plataforma de autorização de pagamentos, de todos esses procedimentos que são necessários para a implementação das atividades, torna tudo mais difícil.*”.

Segundo Inês Narciso (comunicado pessoal, 5 de outubro de 2023), assessora para política e coordenação da ajuda do Ministério das Finanças, isto sucede *“Uma vez que há sempre uma grande alteração de pessoas e, portanto, não há uma fixação de pessoas a uma área, um gabinete, uma unidade de médio longo prazo, quer dizer que estamos em constante reaprendizagem.*”, utilizando a metáfora do rato na roda, que corre, corre e corre, mas não chega a lado nenhum. Este sentimento de não haver avanços significativos por parte da ajuda internacional em Timor-Leste é constatável aos vários níveis da sociedade. Inês Narciso (comunicado pessoal, 5 de outubro de 2023) alerta que o mesmo sucede, em parte pela falta de documentação, dados estatísticos, levando à estaca zero em cada estudo ou projeto iniciado e que, mesmo ao nível dos doadores isso é perpetuado, veja-se: *“Eu acho que há aqui vários fatores que podem ajudar e que seja difícil haver uma continuidade. (...) Por um lado, há projetos concorrentes, portanto, eles vão pegar no mesmo assunto e se calhar em assuntos que já foram abordados. Depois do ponto de vista interno, pode não haver um mapeamento rigoroso daquilo que já foi feito, do que não foi feito e, portanto, a própria condução da negociação relativamente a algum apoio (não permite) que partas de um ponto que não é o zero*”.

Conforme mencionado anteriormente, ao longo das entrevistas procurou-se abordar os desafios da eficácia da ajuda em Timor-Leste, seguindo os princípios da eficácia da ajuda apresentadas previamente. Nesse mesmo sentido, no que toca à sustentabilidade dos projetos, um dos argumentos foi o facto de haver uma distribuição desigual das verbas no Orçamento de Estado. A título de exemplo, trazido por Armando Amaral da Cruz (comunicação pessoal, 6 de outubro de 2023) foi o seguinte: *“I give you an example with Ministry of Agriculture and Fishes, we have a lot of development partners, as you know the total budget of this ministry every year is less than 2% from the State Budget, allocated to this ministry. The reason from the Ministry of Finance for this is because many development partners are supporting this ministry.*” Transmitindo a ideia de que, o ministério, por si, tem falta de recursos próprios, tornando-se dependente da ajuda internacional. Sónia Leitão, por sua vez, reconhece ainda que o mesmo não se deve somente à existência de fundos internacionais, mas também à baixa execução financeira destes ministérios.

Gráfico 10 - Alocação por programas do Orçamento de Estado de 2023



Fonte: Lao Hamutuk, 2022

Essa baixa execução financeira que, por sua vez, passa, segundo Cristina Faustino (comunicação pessoal, 11 de outubro de 2023): “(...) *uma orçamentação muito virada para despesas de funcionamento, mais do que para as políticas.*”. Isto resulta que, infelizmente os ministérios não possuem capacidade para a replicação ou a sua expansão pelos municípios a nível nacional. Armando Amaral da Cruz (comunicação pessoal, 6 de outubro de 2023) acrescentou que “*Sustainability of the project activities after the donors project is done, in terms of operation and maintenance, sustain it, but due to the budget...*”. Nessa mesma linha de raciocínio, foi ainda abordada a necessidade de reiterar a ideia de que é um projeto nacional e não da agência externa, da necessidade de um maior sentimento de pertença para assumir esse compromisso a longo prazo. Sónia Leitão (comunicação pessoal, 10 de outubro de 2023) acrescentou que “*Estamos a falar de estruturas que são complexas que dependem muito da articulação, depois com o que era antigamente em Portugal, chamado <extensionistas> (os representantes do ministério nos municípios).*” Deu o exemplo de um programa aplicado em 2006, no domínio da saúde apelidado Cisca, que colocou pontos focais nos diferentes municípios para agilizar essa articulação, mas admitindo que o mesmo apenas foi possível pela estabilidade dos recursos humanos.

Retomando o facto de o Estado timorense deixar de alocar verbas num determinado ministério, preocupação comum a muitos dos entrevistados, estes partilham a mesma opinião de Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023): “*That’s been a problem in the past with donors find a particular area the government thinks they*

don't have to. I think that was part of the problem in education, some extent with healthcare, I think a lot of support from Cuba (...) I am not to say that the support from Cuba, or other people, in other sectors is not useful, but it shouldn't be an excuse for the government to make it.” Um elemento imperativamente associado a este, no que diz respeito à sustentabilidade dos projetos, à manutenção das infraestruturas e eventuais replicações, transporta-nos para um outro princípio da ajuda que está muito em falta em Timor-Leste, nomeadamente o da apropriação da ajuda. Por outras palavras de Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023): *“A lot of times when donors build infrastructure, there's no provision for maintenance, so once their money stops, the thing falls apart”*.

Sónia Leitão (comunicação pessoal, 10 de outubro de 2023) acrescenta que esta é não só a razão para este fenómeno, mas também para a descontinuação de programas em curso: *“Falta de financiamento (nacional), não existe ownership do projeto, o projeto é pensado por estrangeiros, é executado com o apoio dos estrangeiros e vamos fazendo a vontade a eles, mas não há um envolvimento.”* Dando alguns exemplos de projetos que, apesar disso se mantiveram, nomeadamente centros de formação, como o Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional de Tíbar, o Centro de formação de Becora, bem como o CEFTEC, a Merenda Escolar. Este sentimento da necessidade de terminar com a *donors driven* foi também identificada por José Perreira (comunicação pessoal, 29 de setembro de 2023), cite-se: *“We need to avoid something called donors driven, we have to be demand driven, which is you need to be based on what the government (priorities) otherwise if it is donors driven, for example, like if we built and develop guidelines or policies and it just come from us and when we finish the document be will be handling over to them, they won't use it. But if it is coming from them and then we just help them to develop, they are the one who made it, who developed it, they will use it.”*.

No que toca à harmonização da ajuda, segundo Sónia Leitão (comunicação pessoal, 10 de outubro de 2023): *“Deveria haver uma porta de entrada pelo menos, e a porta de entrada deveria ser sempre a mesma.”* por forma a evitar a duplicação da ajuda, conforme Inês Narciso (comunicação pessoal, 5 de outubro de 2023) *“pode existir uma competição dos países, de alguns parceiros ou parceiros entre si, no apoio a determinados setores e isso poderá levar a duplicação, na minha opinião, com grande facilidade (...) se o planeamento for feito também em conjunto, estaríamos a atuar a montante e seria mais fácil evitar a duplicação”*. Para Bruno Lencastre *“(...) o problema do alinhamento e do que eu vi da monitorização do alinhamento e da implementação dos programas, tem a ver com a forma de comunicação entre os vários sistemas de monitorização que não são iguais (...) o alinhar também na metodologia, nos mecanismos e nos instrumentos de monitorização é muito importante para poder fazer a avaliação da ajuda e o impacto da ajuda”*. Ou seja, é ainda sentida a necessidade de haver transparência e uniformização de procedimentos no que diz respeito ao desenho de programas, por forma a irem de encontro aos interesses nacionais, bem como na sua avaliação e monitorização, por forma a promover uma ajuda mais eficaz.

Em todas as entrevistas, sem exceção, salientam-se a necessidade de um papel mais firme por parte do Estado timorense, que necessita ser mais ativo e não somente reativo à ajuda internacional, em prol do desenvolvimento sustentável do país. Assim, a responsabilidade é colocada do lado do recetor na medida em que, segundo Sónia Leitão (comunicação pessoal, 10 de outubro de 2023): *“Aqui há culpas de vários lados, mas também existe uma grande culpa da parte do governo em autorregular, se auto fiscalizar se e auto saber implementar as coisas. (...) Agora a governação do país e as necessidades do seu povo pertence a Timor-Leste, é responsabilidade dos seus governantes e assim é que deverá ser (...) Há aqui uma série de coisas que têm de ser trabalhadas, mas têm de ser lideradas pelo governo”*. Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023) partilha da mesma opinião, e cito: *“I think it's something that Timor-Leste's people to do that it's not up to foreigners or foreign donors to do it. Any country that goes through hundreds of years of colonial rule and then a long struggle for independence, it takes at least a generation after that struggles over before things settle down to some kind of normalcy. And you look, you can look at every place from the United States, to Ireland, to Zimbabwe, to Indonesia and you see the same pattern. And you have to wait them out, sometimes that's like interoperable, obvious case, you have to wait a long time”*.

Para além de algumas sugestões para a melhoria da eficácia da ajuda e da promoção do desenvolvimento sustentável de Timor-Leste, já enumeradas anteriormente, salientaram-se duas, na minha opinião. Nomeadamente a de Sónia Leitão (comunicação pessoal, 10 de outubro de 2023): *“há um esforço da gestão da ajuda externa, eu não acho que haja um esforço em termos de coordenação da ajuda externa. Eu acho que gestão da ajuda externa e coordenação da ajuda externa (macro) são duas coisas diferentes. Eu vejo a coordenação como a questão do alinhamento do PED, do Programa do Governo e dos programas setoriais para definir programas estratégicos que deverão ter uma cobertura, eventualmente, nacional também”*. Na medida em que se passa a ter um público-alvo específico ao invés de programas universais e que esta coordenação permitirá, inclusive a articulação e alinhamento entre os diferentes setores. Uma abordagem mais descendente, ao invés de uma abordagem ascendente que se assiste atualmente. Sónia Leitão sugeriu ainda que ao invés de ter vários programas, talvez limitar o número de programas e dentro deles ter vários doadores fosse mais eficaz, que tenha expressão e valor a nível nacional.

Charles Schneider (comunicação pessoal, 13 de outubro de 2023) por sua vez, frisou que a ajuda deve estar assente na prestação de informação, cito: *“Providing information, providing analysis to help people understand the reality. I think the principal factor factors that is causing problem or will cause serious problems for people here is the dependency on oil and gas exports and to the oil and gas is ending. , Well production will end and the money that has been saved in the petroleum fund - which was a good, it's good that they created that going on and there were development partners involved in that process - that'll give them maybe 10 years more and after that? What's currently paying for 85% of public spending is not going to be there, so the economy needs to be diversified.”*. Alertando que a aposta da diversificação da economia não se pode cingir

apenas e essencialmente a um produto: *“And then you look at the balance of external trade and we import 10 times as much as what we export in terms of goods, not counting oil (...) About five hundred \$600 million a year goods imports, coffee exports are like \$20 million a year, even if you were to multiply the coffee production by 10 times, it’s not going to still be a big trade deficit.”*

Um elemento apresentado em alguns dos intervenientes, que encerra as conclusões das causas para uma ajuda menos eficaz em Timor-Leste diz respeito ao facto de Timor-Leste ser um país ainda recente. Cite-se Sónia Leitão (comunicação pessoal, 10 de outubro de 2023): *“Tudo tem a ver com o crescimento de mentalidades, necessidades das famílias timorenses de hoje, não são as mesmas de quando eu cheguei em 2004.”* Dando o exemplo da necessidade que se criou com o pré-escolar com a mudança do papel da mulher na sociedade, da família em si e que *“o amadurecimento da própria sociedade, isso vai criar expectativas nas pessoas e que os serviços, de uma forma ou de outra, vão ter de corresponder”*, não correspondendo e dará espaço a mudanças políticas, de volta à metáfora do rato e da roda empregue por Inês Narciso. Para essa mudança de mentalidades coloca-se uma outra questão, já no campo antropológico, que diz respeito à qualidade do ensino e à elevada taxa de desnutrição das crianças timorenses, que são o futuro do país citando, agora, Charles Schneider: *“Yes, health is a problem now because child malnutrition is so high. Those kids are going to have more difficulty learning and using it. The World Bank calls for human resources, saying to invest in human resources, I call it human rights. That people have value, they’re not just. public servants or business players in the economy.”*

5. Conclusão

O conceito de desenvolvimento, ao longo das décadas, tem sofrido diversas transformações, adaptando-se às necessidades e contextos geopolíticos mundiais. No que concerne às agendas de eficácia da ajuda, estas têm ganho relevo, influenciando práticas e políticas a nível global, e Timor-Leste não é exceção. Todos os entrevistados manifestaram ter conhecimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste, mas a maioria reconhece que, nem todos os parceiros primam em alinhar a sua intervenção com os interesses nacionais, dando espaço a motivações geopolíticas e geoestratégicas externas. O volume de ajuda prestada a Timor-Leste no período compreendido entre 2011 e 2023 é significativo, conforme visualizado nos gráficos e felizmente, conforme verificado, o país não depende da ajuda internacional, mas sim do Fundo de Petróleo.

A grande dependência no Fundo de Petróleo representa um grande desafio para o país e ao se verificar o que tem levado a uma ajuda internacional menos eficaz, deparamo-nos essencialmente com assuntos de matéria ligada à administração pública, nomeadamente o excesso de burocracia, “familiarização” e partidarização que tornam todo o processo mais moroso. Alicerçado a estes desafios, existe uma clara necessidade de capacitação

que, no entanto, ainda não se encontrou o melhor modo de intervenção, que por sua vez deverá resolver os problemas enunciados anteriormente e permitir a adoção de ferramentas igualmente mais eficientes.

Concluo assim que, apesar dos esforços feitos, a ajuda internacional em Timor-Leste está ainda longe de ser eficaz, continuando a existir um forte desalinhamento entre os objetivos dos doadores e as reais necessidades de um país que ainda está em processo natural de crescimento. Sendo necessário dar o devido tempo para a emancipação do povo timorense, na lide de um desenvolvimento sustentável do país e, em meu entender pessoal, indo de encontro à posição assumida por Charles Schneider, investir na educação e dotar a população de informação, ao lado do governo timorense é uma prioridade, bem como resolver a desnutrição para o desenvolvimento das gerações futuras, inovadoras, empreendedoras que potenciem a mudança que Timor-Leste anseia.

Bibliografia

ANAPMA (2021). *SDP Evaluation Report - Timor-Leste Strategic Development Plan 2011-2030: Report on Implementation to 2020*. Disponível em:

www.laohamutuk.org/econ/SDP/211114SDP-Evaluation-ReportEn.pdf. [Acesso em: 2023/09/23].

Camões, IP. (2003). *Declaration of Rome on Harmonization*. Disponível em:

www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declaracao_roma.pdf. [Acesso em: 2023/03/19].

Camões, IP. (2006). *Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao*

Desenvolvimento. Disponível em: www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declaracao_paris.pdf. [Acesso em: 2023/03/19].

Camões, IP. (2008). *Agenda para Acção de Acra*. Disponível em: www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declaracao_acra.pdf. [Acesso em: 2023/03/19].

Camões, IP. (2011). *Parceria de Busan para a Cooperação para o Desenvolvimento*

Eficaz. Disponível em: www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/declaracao_busan.pdf. [Acesso em: 2023/03/19].

Currie-Alder, B., Kanbur, R., Malone, D. M., & Medhora, R. (2014). *International development: ideas, experience, and prospects*. OUP Oxford.

- Dichter, T. (2005). Time to stop fooling ourselves about foreign aid—a practitioner’s view. *Foreign Policy Briefing*, 86. Disponível em: www.cato.org/sites/cato.org/files/pubs/pdf/fpb86.pdf. [Acesso em: 2023/02/21].
- Durberry, R., Gemmill, N., & Greenaway, D. (1998). New evidence on the impact of foreign aid on economic growth (No. 98/8). CREDIT Research Paper 98/8, University of Nottingham. Disponível em: www.researchgate.net/publication/241847257_New_Evidence_on_the_Impact_of_Foreign_Aid_on_Economic_Growth. [Acesso em: 2023/02/21].
- Griffin, K. B., & Enos, J. L. (1970). Foreign Assistance: Objectives and Consequences. *Economic Development and Cultural Change*, 18(3), 313–327. Disponível em: www.jstor.org/stable/1152061. [Acesso em: 2023/02/21].
- Guillaumont, P., & Chauvet, L. (2019). Aid and performance: a reassessment. In *Changing the Conditions for Development Aid* (pp. 66-92). Routledge. Disponível em: www.researchgate.net/publication/24083866_Aid_and_Performance_A_Reassessment. [Acesso em: 2023/02/21].
- Hansen, H., & Tarp, F. (2000). Aid effectiveness disputed. *Journal of International development*, 12(3), 375-398. Disponível em: www.researchgate.net/publication/23991885_Aid_effectiveness_disputed. [Acesso em: 2023/02/21].
- Howes, S., Otor, S. A., & Rogers, C. L. (2011). Does the World Bank have a micro-macro paradox or do the data deceive?. *Development Policy Centre Discussion Paper*, (5). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/7021339.pdf>. [Acesso em: 2023/02/21].
- Kanbur, R. (2003). The economics of international aid. Ithaca, New York: *Cornell University*. Disponível em: http://publications.dyson.cornell.edu/research/researchpdf/wp/2003/Cornell_Dyson_wp_0339.pdf. [Acesso em: 2023/03/24].
- Lao Hamutuk (2022). 2023 General State Budget Orsamentu Jerál Estadu ba 2023. Disponível em: www.laohamutuk.org/econ/OJE23/22OGE23.htm. [Acesso em: 2023/10/15].
- Lao Hamutuk (2023). RDTL Strategic Development Plan 2011-2030. Disponível em: www.laohamutuk.org/econ/SDP/10SDPindex.htm. [Acesso em: 2023/09/23].

Mosley, P. (1986). *Aid Effectiveness: The Micro-Macro Paradox*, IDS Bulletin, 17 (2), pp. 22- 27. Disponível em: www.researchgate.net/publication/229963961_Aid-Effectiveness_The_Micro-Macro_Paradox. [Acesso em: 2023/02/21].

Mosley, P., Hudson, J., & Verschoor, A. (2004). Aid, Poverty Reduction and the “New Conditionality.” *The Economic Journal*, 114(496), F217–F243. Disponível em: www.jstor.org/stable/3590061. [Acesso em: 2023/03/17].

Moyo, D. (2009). *Dead aid: Why aid is not working and how there is a better way for Africa*. Carnegie Council for Ethics in International Affairs. Disponível em: https://media-1.carnegiecouncil.org/import/studio/Dead_Aid.pdf. [Acesso em: 2023/02/21].

OCDE (2011). Busan Partnership for Effective Development Co-operation: Fourth High Level Forum on Aid Effectiveness. Busan, Republic of Korea. *OECD Publishing*, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/54de7baa-en>. [Acesso em: 2023/03/17].

ONGD, P. P. D. (2011). *A Eficácia da Ajuda e do Desenvolvimento*. Disponível em: www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/eficacia_da_ajuda.pdf. [Acesso em: 2023/03/17].

ONU (2002). Monterrey Consensus of the International Conference on Financing for Development. Disponível em: www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.198_11.pdf. [Acesso em: 2023/03/17].

ONU (2015). Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development. Disponível em: www.un.org/esa/ffd/wp-content/uploads/2015/08/AAAA_Outcome.pdf. [Acesso em: 2023/03/19].

Portal de Transparência da Ajuda (2023). *Painel*. Disponível em: <https://aidtransparency.gov.tl/TEMPLATE/ampTemplate/dashboard/build/index.html#aved/335>. [Acesso em: 2023/09/23].

PNUD (2022). The 2021/2022 Human Development Report. Disponível em: https://hdr.undp.org/system/files/documents/global-report-document/hdr2021-22pdf_1.pdf. [Acesso em: 2023/01/02].

Ravallion, M. (2004). Evaluating anti-poverty programs. *The World Bank Research Observer*, 19(2), 171-199. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/104761468315569641/pdf/wps3625.pdf>. [Acesso em: 2023/03/17].

RDTL (2011). Timor-Leste Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030. Disponível em: http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2012/02/Plano-Estrategico-de-Desenvolvimento_PT1.pdf. [Acesso em: 2023/01/02].

Sen, A. (2003). Development as Capability Expansion. In: Fukuda-Parr, S. et al *Readings in Human Development*. New Delhi and New York: Oxford University Press. Disponível em: www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Sen-2003_Development-as-Capability-Expansion.pdf. [Acesso em: 2023/09/14].

Silva, K. & Blanchette, T. (2007). AID as Gift: an initial approach. *Mana*, 4(se). Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_mana/v4nse/a04v4nse.pdf. [Acesso em: 2023/09/14].

Sumner, A. & Tribe, M. (2008). *International development studies: theories and methods in development and practice*, London: Sage (Chapter 1). Disponível em: www.academia.edu/2004697/International_Development_Studies?auto=download. [Acesso em: 2023/02/21].

The Global Partnership (2023). The Effectiveness Principles. Disponível em: <https://effectivecooperation.org/landing-page/effectiveness-principles>. [Acesso em: 2023/03/20].

Thorbecke, E. (2000). *The evolution of the development doctrine and the role of foreign aid, 1950-2000*. Foreign aid and development: Lessons learnt and directions for the future, 17-47. Disponível em: <https://are.berkeley.edu/courses/ARE251/2004/papers/Thorbecke.pdf>. [Acesso em: 2023/02/21].

UNDP (2021). Annual Status Report 2020: Global Project on Managing Effective Development Cooperation. Disponível em: www.undp.org/publications/annual-status-report-2020-global-project-managing-effective-development-cooperation. [Acesso em: 2023/03/17].

Anexo I - Entrevista sobre a Influência do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 na alocação da Ajuda Internacional a Timor-Leste

Dados do inquirido:

Nome da organização:

Ano de início da sua atuação em Timor-Leste:

Nome do inquirido:

Cargo do inquirido:

Secção 1: Conhecimento e Perceção do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED)

1.1. A sua organização está familiarizada com o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 de Timor-Leste? Se sim, como classificaria o nível de conhecimento da sua organização sobre o PED?

Secção 2: Influência do PED na Alocação de Fundos

2.1. O PED influencia diretamente a alocação de fundos da sua organização para projetos em Timor-Leste?

2.3. Se sim, porque acha que isso acontece?

2.2. Pode fornecer exemplos específicos de como o PED influenciou as decisões de alocação de fundos da sua organização?

2.4. Acha que a maior parte dos doadores em Timor-Leste levam em consideração o PED na sua intervenção?

2.5. Se não, porquê?

Secção 3: Eficiência da Ajuda

3.1. Na sua opinião, o alinhamento com o PED contribui para uma ajuda mais eficaz em Timor-Leste?

3.2. Se sim, pode fornecer exemplos concretos de como o alinhamento com o PED contribuiu para uma ajuda mais eficaz ou especificar a sua opinião?

Secção 4: Motivações para a Alocação de Verbas

4.1. Se o PED não é um fator determinante para a alocação de verbas da sua organização, quais são as principais motivações que orientam essa alocação?

4.2. A sua organização colabora com o governo ou outras entidades locais para determinar as áreas prioritárias para a alocação de fundos? Descreva como esse processo ocorre.

4.3. Por favor, classifique as seguintes motivações por ordem de importância quando a sua organização está a decidir sobre a alocação de fundos para ajuda em Timor-Leste (1 sendo o mais importante e 9 o menos importante):

- Adesão ao Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 de Timor-Leste
- Política Nacional do país de origem da sua organização
- Necessidades imediatas identificadas pela comunidade local
- Diretrizes/Recomendações de organizações internacionais (como a ONU, UE, etc.)
- Resultados de estudos ou pesquisas realizadas em Timor-Leste
- Histórico de sucesso de projetos anteriores em Timor-Leste
- Interesses geopolíticos e estratégicos na região
- Parcerias existentes com outras organizações no terreno
- Outro (por favor, especifique)

Secção 5: Observações Finais

5.1. Tem alguma observação ou comentário adicional sobre o papel do PED no desenvolvimento de Timor-Leste e na ajuda internacional que o país recebe?

Este inquérito visa não apenas entender se o PED está a influenciar a alocação de fundos de ajuda, mas também explorar a profundidade dessa influência e as razões por trás das decisões de alocação de fundos. Adicionalmente, busca obter uma perspetiva qualitativa sobre como o PED pode estar a contribuir para uma ajuda mais eficaz em Timor-Leste.~

Anexo II - Lista de entrevistas realizadas

28 de setembro de 2023: Bruno Lencastre, assessor técnico principal do PNUD em Timor-Leste

29 de setembro de 2023: José Perreira, responsável de projeto sénior da ADB em Timor-Leste

5 de outubro de 2023: Inês Narciso, assessora para política e coordenação da ajuda do Ministério das Finanças

6 de outubro de 2023: Armando Amaral da Cruz, responsável de programas sénior da JICA em Timor-Leste

10 de outubro de 2023: Sónia Leitão, assessora especial da Presidência do Conselho de Ministros

11 de outubro de 2023: Cristina Faustino, diretora do Centro Português de Cooperação

13 de outubro de 2023: Charles Schneider, investigador da Associação La'o Hamutuk